



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI

Avenida Andrômeda, 500 | Alphaville | Barueri - SP | CEP 06473-000

CNPJ 65.700.239/0001-10 | Tel 11 2078-7810



PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE (UASG)

Fundação Instituto de Educação de Barueri (926.656)

OBJETO

O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerenciados de segurança da informação para a infraestrutura de TI da FIEB e suas unidades. O escopo inclui locação de equipamentos, prestação de serviços de instalação, configuração, manutenção ON-SITE, gestão tecnológica e treinamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.165.778,60 (oito milhões cento e sessenta e cinco mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
9. DO TERMO DE CONTRATO	20
10. DOS RECURSOS	21
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

FIEB

Departamento de Tecnologia da Informação (DTI)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(Processo Administrativo n.º 04/2026)

Torna-se público que a Fundação Instituto de Educação de Barueri, por meio da Diretoria de Compras e Licitações, sediada na Av. Andrômeda, 500 – Alphaville – Barueri/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 9.787, de 12 de abril de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerenciados de segurança da informação para a infraestrutura de TI da FIEB e suas unidades. O escopo inclui locação de equipamentos, prestação de serviços de instalação, configuração, manutenção ON-SITE, gestão tecnológica e treinamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **grupo único**, formado por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#)

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos calendário anteriores;

4.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$);

GRUPO 1		
ITEM	DESCRIÇÃO	PERIODICIDADE
1	FAAS - TIPO 1 - Firewall as a Service de alta performance NGFW com subscrição, gestão, suporte e treinamento - para 2 duas unidades em HA ativo/passivo.	Mensal
2	FAAS - TIPO 2 - Firewall as a Service de alta performance NGFW com subscrição, gestão, suporte e treinamento - para 5 cinco unidades em HA ativo/passivo.	Mensal
3	SGC - Solução de gerência centralizada para firewall e relatórios - Período de retenção 12 meses.	Mensal
4	SIEM - Solução de gestão de eventos e informações de segurança - Estimativa de 2250 EPS.	Mensal
5	SOC - Serviço especializado de monitoramento e identificação de incidentes cibernéticos - Abrangendo N1, N2, N3 CSIRT.	Mensal

5.2. Todas as especificações do serviço contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12(doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou do Estado de SP e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **TOTAL MENSAL** do item;

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

GRUPO 1		
ITEM	DESCRIÇÃO	INTERVALO MÍNIMO
1	FAAS - TIPO 1 - Firewall as a Service de alta performance NGFW com subscrição, gestão, suporte e treinamento - para 2 duas unidades em HA ativo/passivo.	R\$ 1,00
2	FAAS - TIPO 2 - Firewall as a Service de alta performance NGFW com subscrição, gestão, suporte e treinamento - para 5 cinco unidades em HA ativo/passivo.	R\$ 1,00
3	SGC - Solução de gerência centralizada para firewall e relatórios - Período de retenção 12 meses.	R\$ 1,00
4	SIEM - Solução de gestão de eventos e informações de segurança - Estimativa de 2250 EPS.	R\$ 1,00
5	SOC - Serviço especializado de monitoramento e identificação de incidentes cibernéticos - Abrangendo N1, N2, N3 CSIRT.	R\$ 1,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.18.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.18.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.18.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.18.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da [Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#).

6.18.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.18.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.18.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.18.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.18.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.18.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.18.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.4.1. As licitantes deverão apresentar Marca da Fabricante e Part Number para os itens 1 e 2.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA - CNJ) (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e,

d) Relação de Apenados de Impedimentos de Contrato/Licitação pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#) , também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência / Projeto Básico;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.5.6. o representante legal não envie e/ou responda às solicitações realizadas pela Administração no prazo de 2 (duas) horas;

7.5.7. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.8.3. No caso de caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o

licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta:

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividade diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticação digital, desde que apresentado a chave de validação.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail: suporte@fieb.edu.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. Os endereços estão disponíveis no item 2.2.2 do Anexo I do Edital.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. **(ANEXO VI)**

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

9.3. Alternativamente à convocação, para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) Disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou
- c) Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. ~~Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Crédito não Quitados do Setor Público Federal — Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.~~

9.6.1. ~~A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.~~

A exigência citada nos itens tachados aplica-se, por força de lei, apenas a órgãos da administração pública federal direta e indireta.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://contratacoes.fieb.edu.br/> ou outro indicado pela Administração em momento oportuno.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes@fieb.edu.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, conforme consta no § 2º do art. 16 da IN SEGES nº 73/2022.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> e <https://contratacoes.fieb.edu.br/>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 13.11.2. ANEXO II – Critérios de Seleção do Fornecedor
- 13.11.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato
- 13.11.4. ANEXO IV – Ficha Cadastral
- 13.11.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Concordância
- 13.11.6. ANEXO VI – Modelo do Termo de Vistoria

Barueri, 25 de maio de 2026.

Luiz Antonio Ribeiro
Superintendente da FIEB

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI-SP

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	926656-FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI-SP	CAMILA MARIANO SOARES	18/03/2026 09:50 (v 0.7)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	95/2026	04/2026

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerenciados de segurança da informação para a infraestrutura de TI da FIEB e suas unidades. O escopo inclui locação de equipamentos, prestação de serviços de instalação, configuração, manutenção ON-SITE, gestão tecnológica e treinamento, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 60 MESES
1	27014	FAAS - TIPO 1 - Firewall as a Service de alta performance (NGFW) com subscrição, gestão, suporte e treinamento - para 2 (duas) unidades em HA ativo/passivo.	Mensal	4	R\$ 32.311,38	R\$ 1.938.682,80
	27014	FAAS - TIPO 2 - Firewall as a Service de alta performance (NGFW) com subscrição, gestão, suporte e treinamento - para 5 (cinco) unidades em HA ativo/passivo.	Mensal	10	R\$ 26.720,96	R\$ 1.603.257,60
	26999	SGC - Solução de gerência centralizada para firewall e relatórios - Período de retenção 12 meses.	Mensal	1	R\$ 5.323,20	R\$ 319.392,00
	21202	SIEM - Solução de gestão de eventos e informações de segurança - Estimativa de 2250 EPS.	Mensal	1	R\$ 31.088,79	R\$ 1.865.327,40
5	21202	SOC - Serviço especializado de monitoramento e identificação de incidentes cibernéticos - Abrangendo N1, N2, N3 (CSIRT).	Mensal	1	R\$ 40.651,98	R\$ 2.439.118,80

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que se trata de serviço de segurança da informação, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

- 1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 60 (SESSENTA) MESES podendo ser prorrogado, com interesse das partes até o limite estabelecido pela lei nº 14.133/2021.
- 1.4.** Os itens da solução estão agrupados em LOTE ÚNICO em razão da necessidade de prestação integrada de serviços gerenciados de segurança da informação para todas as soluções pretendidas. O monitoramento de segurança, o gerenciamento das soluções e a resposta a incidentes devem ser realizados por uma central única de atendimento, de modo a garantir maior eficiência na detecção, no acionamento e na resolução de incidentes que possam envolver múltiplas soluções de segurança, evitando-se, assim, conflitos de responsabilidade entre diferentes prestadores.
- 1.5.** O serviço objeto deste Termo de Referência é classificado como serviço continuado, considerando que o serviço de segurança da informação será prestado de forma mensal e ininterrupta, mediante contrato garantindo a continuidade dos serviços.
- 1.6.** Necessário registrar que os códigos do Catálogo de Compras do Governo Federal (CATMAT/CATSERV) não correspondem exatamente ao descritivo exigido, tendo os Licitantes a se atentarem ao descritivo da Tabela acima "item 1.1."
- 1.7.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar nº 926656-104/2025** parte integrante deste Termo de Referência.

2.2. Objeto da Contratação

Contratação de empresa de SERVIÇOS GERENCIADOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, através de um centro de operações de segurança (Security Operations Center - SOC 24x7), contemplando solução de gestão de eventos (Security Information and Event Management - SIEM), e prestação de serviço de firewall (Firewall as a Service - FAAS) com disponibilização de solução de firewall de próxima geração (Next Generation Firewall - NGFW) e solução de gerência centralizada e relatórios (Centralized Management and Reporting Solution - SGC), englobando fornecimento de appliance de alto desempenho, licenças de segurança, serviço de implantação, configuração, treinamento e suporte técnico, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2.1. Itens

Deverá ser fornecido os seguintes itens em LOTE ÚNICO:

Item	Descrição	Quantidade
1	Firewall as a Service de alta performance (NGFW) com subscrição, gestão e suporte - TIPO 1 para Sede e unidade Belval em HA ativo/passivo	4 unidades
2	Firewall as a Service de alta performance (NGFW) com subscrição, gestão e suporte - TIPO 2 para 5 (cinco) unidades Filiais em HA ativo/passivo	10 unidades
3	Solução de gerência centralizada para firewall e relatórios (SGC) - Período de retenção últimos 12 meses	-
4	Solução de gestão de eventos e informações de segurança (SIEM) - Estimativa de 2.250 eventos por segundo	-

5	Serviço especializado de monitoramento e identificação de incidentes cibernéticos (SOC) - Abrangendo N1, N2, N3 (CSIRT)	-
---	---	---

2.2.2. Locais de instalação

Unidade	Endereço
FIEB Alphaville	FIEB - Fundação Instituto de Educação de Barueri. Avenida Andrômeda, 500 – Alphaville – Barueri/SP CEP: 06473-000
FIEB Jardim Belval	FIEB – Unidade Jardim Belval – ITB Brasília Flores de Azevedo. Rua Grupo Bandeirantes, 138 – Jardim Belval – Barueri/SP CEP: 06420-150
FIEB Jardim Paulista	FIEB – Unidade Jardim Paulista – ITB Professor Munir José. Estrada Velha de Itapevi, 2.679 – Jardim Paulista – Barueri/SP CEP: 06444-000
FIEB Engenho Novo	FIEB – Unidade Engenho Novo – ITB Professora Maria Syvia Chaluppe Mello. Rua Duque de Caxias, 1.000 – Vila Engenho Novo – Barueri/SP CEP: 06415-080
FIEB Jardim Maria Cristina	FIEB – Unidade Maria Cristina – ITB Professora Dagmar Ribas Trindade. Rua Ilha Porchat, 277 – Jardim Maria Cristina – Barueri/SP CEP: 06421-030
FIEB Parque Imperial	FIEB – Unidade Parque Imperial – ITB Professor Moacyr Domingos Savio Veronezi. Rua Tomé de Sousa, 259 – Parque Imperial – Barueri/SP CEP: 06462-040
FIEB Aldeia da Serra	FIEB – Unidade Aldeia da Serra – ITB Professora Cristina Goldstein Barreiros. Avenida dos Pinheiros, 400 – Aldeia da Serra – Barueri/SP CEP: 06519-402

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. Fundamentação da Necessidade

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar nº 926656-15/2026** arte integrante deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- 3.2.1. ID PCA no PNCP: 65700239000110-0-000001/2026
- 3.2.2. Data de publicação no PNCP: 15/05/2025
- 3.2.3. Id do item no PCA: 92
- 3.2.4. Classe/Grupo: 182
- 3.2.5. Identificador da Futura Contratação: 926656-95/2026

3.3. A contratação do Serviço de Segurança da Informação não constava inicialmente no Plano de Contratações Anual de 2026. Entretanto, a demanda já havia sido prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2025 (DFD nº 71 /2024), não tendo sido executada no período planejado devido a circunstâncias administrativas e operacionais à época. A necessidade desta unidade permanece vigente, tornando imprescindível a realização da contratação para garantir a continuidade e a conformidade dos serviços prestados.

3.4. Descrição da Necessidade

3.4.1. A necessidade consiste na substituição da solução atual por um modelo de Firewall as a Service (FaaS), complementado por serviços de SIEM (Security Information and Event Management) e SOC (Security Operations Center) operando em regime 24x7.

3.4.2. Os volumes e características do objeto foram definidos para atender:

3.4.2.1. Perímetro de Rede: Proteção de 7 unidades (1 Sede + 6 Unidades Escolares), garantindo a segmentação de tráfego entre redes administrativas, acadêmicas, visitantes, etc.

3.4.2.2. Capacidade de Tráfego: Suporte a links de dados que variam de 300 Mbps a 1 Gbps, com alta disponibilidade (HA) em todos os sites para evitar indisponibilidades.

3.4.2.3. Inteligência de Segurança: Necessidade de correlação de eventos em tempo real para identificar padrões de ataque que passariam despercebidos por ferramentas isoladas.

3.4.2.4. Relatórios e Gerência Centralizada (SGC).

3.5. Forma de Cálculo do Quantitativo

3.5.1. A definição do quantitativo de bens e serviços baseou-se no levantamento detalhado do parque tecnológico da instituição, conforme os seguintes parâmetros:

3.5.1.1. Unidades Físicas: Definição de 14 appliances de firewall (2 para cada unidade), sendo dimensionados em dois tipos (Tipo 1 e Tipo 2) de acordo com especificidade de cada site.

3.5.1.2. Volume de Ativos: O dimensionamento do SIEM e SOC considerou o monitoramento de aproximadamente 1.100 computadores do tipo desktop, 1.700 notebooks e o tráfego gerado por cerca de 10.000 alunos.

3.5.1.3. Disponibilidade: Adoção de High Availability (HA) em 100% dos sites, totalizando a redundância necessária para garantir o SLA de disponibilidade da rede.

3.5.1.4. Retenção de Dados: Cálculo de armazenamento de logs baseado nas exigências legais de auditoria e conformidade normativa.

3.6. Resultados e Benefícios Esperados

3.6.1. Com a implementação desta solução, a FIEB busca alcançar:

3.6.1.1. Mitigação de Riscos Financeiros e Reputacionais: Redução drástica da probabilidade de interrupções por ataques cibernéticos e vazamento de dados sensíveis de alunos e servidores.

3.6.1.2. Postura Proativa: Detecção e resposta a incidentes em tempo real, reduzindo o tempo médio de resposta (MTTR).

3.6.1.3. Conformidade Legal: Atendimento integral aos requisitos da LGPD e normas ISO (27001 e 27701).

3.6.1.4. Otimização de Recursos Humanos: Transferência da gestão operacional complexa para um SOC especializado, permitindo que a equipe interna de TI foque em projetos estratégicos da Fundação.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A CONTRATADA dos serviços gerenciados de segurança da informação deve garantir que a organização possa detectar, analisar e responder a incidentes de segurança cibernética de maneira eficaz e eficiente, requisitos estes, definidos com base nos objetivos de segurança da FIEB, postura de risco e nos ativos a serem monitorados.

4.2. Requisitos Técnicos Gerais

4.2.1. Todas as soluções e serviços objeto do lote único dessa contratação deverão ser fornecidos e prestados pelo mesmo Licitante, sendo vedada a participação em consórcio ou a subcontratação de terceiros para a execução do objeto, uma vez que a integralidade da solução demanda padronização, interoperabilidade e responsabilidade única

do contratado, de modo a assegurar a continuidade dos serviços, a eficiência operacional, a mitigação de riscos de incompatibilidade técnica e a simplificação da gestão contratual pela Administração Pública.

4.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer também as licenças das soluções exigidas neste Termo de Referência quando o item mencionar a subscrição da solução, devendo zelar por sua validade e pleno funcionamento.

4.2.3. Os serviços considerados como “comuns” serão prestados de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. Os serviços considerados como “críticos” funcionarão em regime 24x7, de acordo com a definição da criticidade que será avaliada pela equipe técnica da CONTRATANTE, em acordo com a CONTRATADA.

4.2.4. Fica vedada a adoção de soluções gratuitas, open source, sem suporte oficial, ferramentas em fim de vida (EoL) ou que não possuam garantias formais de manutenção, atualização contínua, correção de vulnerabilidades e atendimento técnico especializado. Tais modelos não asseguram requisitos essenciais de segurança, rastreabilidade, confiabilidade operacional, responsabilidade contratual e continuidade de serviço, podendo comprometer diretamente a integridade do ambiente, a conformidade com normas governamentais e a capacidade de resposta a incidentes. Assim, somente serão aceitas soluções plenamente suportadas pelo fabricante, com ciclo de vida ativo, roadmap público, manutenção garantida e capacidade comprovada de atendimento aos níveis de serviço exigidos.

4.3. Requisitos da CONTRATADA

4.3.1. A atividade deve ser provida através de Centro de Operações de Segurança (Security Operations Center - SOC), contemplando, no mínimo, 02 (dois) ambientes próprios da CONTRATADA, estruturados de forma redundante.

4.3.2. A CONTRATADA deverá possuir, ao menos, as seguintes certificações: ISO 27001, ISO 27701, ISO 37001, ISO 37301 e ISO 20000-1, a fim de garantir que adota padrões internacionais de segurança da informação, privacidade de dados, prevenção à corrupção e conformidade legal e regulatória. Deverá, ainda, apresentar os atestados de certificações válidos, de forma a garantir que seu ambiente e processos seguem os procedimentos e controles estabelecidos nas respectivas ISOs.

4.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Gerente de Projetos, devidamente qualificado, que será o responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e controle das atividades previstas neste contrato.

4.3.3.1. Compete ao Gerente de Projetos atuar como ponto focal entre a CONTRATANTE e a equipe técnica da CONTRATADA, garantindo o cumprimento dos prazos, escopo, níveis de serviço (SLA), cronograma de entregas, comunicação periódica do status do projeto e tratamento de riscos, desvios e impedimentos.

4.3.3.2. O Gerente de Projetos deverá conduzir reuniões de acompanhamento, elaborar relatórios de status, assegurar a integração entre as equipes envolvidas e zelar pela correta execução das atividades contratadas, observando as boas práticas de gerenciamento de projetos.

4.3.4. A CONTRATADA deverá dimensionar adequadamente a sua Equipe Técnica de profissionais de forma a atingir os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

4.3.5. A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro de funcionários pelo menos 2 (dois) engenheiros de TI certificados pelo Fabricante dos equipamentos na solução ofertada, durante toda a vigência do contrato.

4.3.6. A CONTRATADA deverá apresentar a relação nominal dos profissionais, explicitando as respectivas atribuições na execução dos serviços. Para comprovar a qualificação exigida, deverão ser anexados os certificados técnicos dos referidos profissionais, emitidos pelo fabricante ou uma Entidade Certificadora credenciada do Fabricante.

4.3.7. A substituição do profissional indicado pela CONTRATADA deverá ser previamente aprovada pelo gestor do contrato FIEB. Neste caso, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro profissional que possua uma qualificação igual ou superior.

4.3.8. Caso seja constatada, durante o exercício dos serviços contratados, a falta de qualificação ou inadequação do profissional da CONTRATADA, a mesma deverá proceder a sua imediata substituição a partir da solicitação do gestor de contrato.

4.3.9. Os atendimentos podem ser realizados por meio remoto ou local (quando necessário).

4.3.10. Todos os custos com instalação, mobilização de equipes, transporte, impostos, registros e etc. serão a cargo da CONTRATADA.

4.4. Requisitos de Capacitação

4.4.1. A Licitante deverá dispor, em seu quadro técnico, no mínimo 2 (dois) profissionais que detenham, as seguintes certificações reconhecidas pelo mercado, aptas a assegurar a adequada execução dos serviços e a observância das melhores práticas em segurança da informação, testes de invasão e defesa cibernética:

- 4.4.1.1. Certificação LGPD
- 4.4.1.2. Certificação ITSM
- 4.4.1.3. Certificação ITIL
- 4.4.1.4. Certificação Threat Intelligence
- 4.4.1.5. Certificação CompTIA Pentest Plus
- 4.4.1.6. Certificação CISA (Certified Information Systems Auditor)
- 4.4.1.7. CCISO - Certified Chief Information Security Officer
- 4.4.1.8. Certificação em Governança Corporativa de TI
- 4.4.1.9. OSCP
- 4.4.1.10. Certified Red Team Operator (CRTO I)
- 4.4.1.11. OSCP+
- 4.4.1.12. OSCP
- 4.4.1.13. Ethical Hacking Essentials
- 4.4.1.14. Exin Ethical Hacking Foundations
- 4.4.1.15. CompTIA Security+

4.4.2. Apenas para melhor proposta, a Licitante deverá apresentar carta formal de indicação dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios (certificados oficiais), contendo identificação e comprovação de habilitação e qualificação técnica.

4.4.2.1. O vínculo entre os profissionais detentores das certificações exigidas e a Licitante deverá ser comprovado por meio de documentação idônea, tais como: cópia do registro de empregados, cópia da carteira de trabalho com as devidas anotações ou contrato de prestação de serviços. Tal exigência visa assegurar que os serviços serão executados por profissionais efetivamente vinculados à empresa CONTRATADA.

4.5. Requisitos de Treinamento

4.5.1. O treinamento dos itens 1, 2 e 3 deverá ser reconhecido pelo Fabricante dos equipamentos (treinamento OFICIAL).

4.5.1.1. O treinamento OFICIAL poderá ser presencial ou remoto em português (PT-BR) para a equipe de infraestrutura da FIEB, até 3 colaboradores.

4.5.1.2. Deverá ser executado por especialista com certificação oficial do Fabricante dos equipamentos e preparado para ministrar tais treinamentos.

4.5.2. O treinamento de todos os itens da Solução (treinamento GERAL) deverá ser presencial para a equipe de infraestrutura da FIEB, até 3 colaboradores.

4.5.2.1. O treinamento deverá propiciar as condições para a instalação, configuração e manutenção de todos os itens deste Termo de Referência.

4.5.2.2. O treinamento deverá focar os recursos, características e necessidades da CONTRATADA.

4.5.2.3. O conteúdo do treinamento deverá ser focado/direcionado aos produtos ofertados.

4.5.2.4. Deverá incluir o material de apoio e certificado de participação individual.

4.5.2.5. O material de apoio (livro, apostilas, manuais etc.) poderá ser entregue impressos ou digitais; se forem digitais não podem ser entregues links ou qualquer forma que não haja garantia que o acesso ao conteúdo seja permanente.

4.5.2.6. Deverá ser emitido certificado de participação.

4.5.3. Todo o treinamento de modalidade presencial, deverá ser executado no endereço da Sede.

4.5.4. Os treinamentos poderão ser desenvolvidos concomitante e/ou subsequente à implantação da solução, a ser definido na fase de apresentação de projeto de implantação e com explícita concordância da CONTRATANTE.

4.6. Requisitos Legais

4.6.1. A CONTRATADA deverá observar, durante toda a execução contratual, a legislação e os normativos técnicos aplicáveis e vigentes no Brasil, pertinentes ao objeto da contratação, especialmente:

- 4.6.1.1. Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- 4.6.1.2. Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet;
- 4.6.1.3. ISO/IEC 27001 e ISO/IEC 27002 - Padrões de Segurança da Informação;
- 4.6.1.4. Normas e Guias do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br);
- 4.6.1.5. Framework NIST para Segurança Cibernética.

4.6.2. Os normativos acima elencados constituem referenciais técnicos e legais para a adequada execução dos serviços, não configurando, por si só, exigência de certificação específica para fins de habilitação, salvo quando expressamente previsto em outro item deste Termo de Referência, mediante justificativa técnica.

4.7. Requisitos de Qualificação Técnico Operacional

4.7.1. TODAS as Licitantes deverão apresentar, junto com os documentos de habilitação, Declaração garantindo que TODOS os equipamentos ofertados são novos, sem qualquer tipo de uso anterior, que estarão em perfeito estado e, não podem estar descontinuados no seu país de origem durante o período da implantação.

4.7.2. TODAS as Licitantes deverão apresentar, junto com os documentos de habilitação, Declaração se comprometendo que, em sendo contratada, apresentará Carta do Fabricante informando que o integrador é capacitado para venda e integração da solução e que há relação de corresponsabilidade entre CONTRATADA e FABRICANTE no funcionamento de toda a solução durante o período de contrato.

4.7.2.1. O prazo para apresentação da referida Carta do Fabricante é de até 7 (sete) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, sob pena de inabilitação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital.

4.7.3. Apenas para melhor proposta, a Licitante deverá comprovar experiência prévia na prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.7.4. Será exigido apresentar junto com a Documentação de Habilitação:

4.7.4.1. Prestação de serviços de Operação de Centro de Segurança – SOC de, no mínimo, 4.380 (quatro mil trezentos e oitenta) horas – dentro de um período de 12 (doze) meses ininterruptos – na realização das atividades de SOC. Esse quantitativo de horas representa 50% do volume total anual de horas de operação, considerando o cálculo de horas do ano civil (365 dias × 24 horas = 8.760 horas). Assim, as 4.380 horas correspondem exatamente à metade desse total.

4.7.4.2. Os atestados deverão comprovar a realização das atividades em entidades públicas ou privadas com no mínimo, 1.000 (um mil) ativos.

4.7.5. Tais exigências justificam-se em razão da natureza crítica, complexidade técnica e necessidade de mitigação de riscos associados à segurança da informação institucional.

4.7.6. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados, desde que, em conjunto, comprovem a execução de serviços similares ao objeto da licitação, ainda que prestados a distintos contratantes.

4.7.6.1. Deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica em destaque, os seguintes dados: identificação do emitente, especificação completa do fornecimento/serviço executado, prazo de vigência do contrato, local e data de expedição, data de início e término do contrato.

4.7.7. Não sendo atendido a exigência do item 4.7. a empresa será declarada INABILITADA e, será convocada a empresa subsequente na ordem de Classificação, para eventual negociação de valor e, comprovação da Qualificação Técnico Operacional.

4.7.8. A Unidade de Gestão de Tecnologia da informação emitirá Relatório Técnico aprovando ou rejeitando a documentação / certificados apresentados.

4.8. Requisitos Suporte Técnico e Garantia

4.8.1. O Suporte Técnico deverá abranger o mesmo período da prestação do serviço para todos os equipamentos da solução, com atendimento on-site fornecido pela CONTRATADA.

4.8.2. O serviço de suporte deverá estar disponível em regime 8x5, com plantão 24x7, de forma ininterrupta, observando os níveis de serviço estabelecidos no SLA (Service Level Agreement).

4.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de Atendimento operando em regime 24x7, destinada à abertura, registro, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos.

4.8.4. Os chamados poderão ser realizados por meio de telefone (0800 ou equivalente), correio eletrônico ou plataforma web, sem quaisquer custos adicionais à CONTRATANTE.

4.8.5. Entende-se como Portal de Acompanhamento dos Serviços a ferramenta de gestão acessível via Internet, por meio de navegador web, com controle de acesso mediante usuário e senha, utilizando protocolo seguro (HTTPS).

4.8.6. Para fins de habilitação, a Licitante deverá apresentar Declaração formal, assinada por seu representante legal, atestando a existência e disponibilidade da Central de Atendimento em regime 24x7, bem como a disponibilização de Portal de Acompanhamento dos Serviços conforme requisitos estabelecidos neste item.

4.8.7. A solução dos chamados técnicos deverá ser aprovada pela CONTRATANTE e nenhum chamado técnico poderá ser encerrado sem a sua anuência. Se um chamado for encerrado sem permissão, deverá ser reaberto e a contagem de prazo será retomada desde quando foi interrompida pelo fechamento indevido do chamado.

4.8.8. A garantia deve cobrir a solução, incluindo softwares e hardwares.

4.8.9. A garantia deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA, podendo essa se utilizar de estrutura e recursos da Fabricante para realizar atendimento à CONTRATANTE.

4.8.10. A garantia pode ser contratada do Fabricante, mas sem prejuízo de que a responsabilidade do cumprimento dos prazos desse termo de referência seja da CONTRATADA.

4.8.11. A CONTRATADA deverá oferecer um equipamento reserva, caso seja necessária a retirada de equipamento.

4.8.12. Os itens 1 e 2 devem possuir garantia do FABRICANTE de 60 (sessenta) meses NBD (Next Business Day), ou seja, em caso de falha a troca do equipamento deve ocorrer até o dia seguinte ao registro da falha. Caso a garantia do Fabricante não atenda esse prazo estabelecido, será aceito que a CONTRATADA providencie a troca a suas expensas.

4.8.13. Deverão estar disponíveis ao CONTRATANTE, para fins de gestão, os seguintes itens:

4.8.13.1. Relatórios de chamados ou conjunto de chamados abertos (que estejam dentro e fora do prazo de atendimento), fechados e encerrados (que estejam dentro e fora do prazo de atendimento) e de reincidência de problemas.

4.8.13.2. Todos os relatórios deverão ser disponibilizados online, com estatísticas diárias, semanais e mensais e ficar disponíveis por pelo menos 90 (noventa) dias.

4.8.14. O atendimento de ocorrências/incidentes deverá ser “On-site” (No local). Aceita-se que atendimentos possam ser realizados remotamente, desde que sob concordância da CONTRATANTE e que qualquer custo com

licenciamento para ferramenta de acesso remoto, seja de responsabilidade da CONTRATADA. Não será permitido que, sob nenhuma hipótese, se utilize de ferramenta proprietária não licenciada, ferramentas “free” de acesso não criptografado e/ou ferramentas que ponham em risco as informações da CONTRATANTE.

4.8.15. Sendo necessário, e havendo impedimento de acesso da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, a contagem de prazo de atendimento deverá ser suspensa até o acesso ser regularizado.

4.8.16. A CONTRATADA deverá dar suporte a todas as ocorrências referentes à rede de equipamentos Firewall, SGC, SIEM e SOC (instalação, recuperação, alteração) e todos os demais serviços contratados, de maneira a assegurar a integridade dos serviços.

4.8.17. Todo o atendimento deverá ser provido diretamente com a CONTRATADA, por equipe própria, em idioma português (PT-BR).

4.8.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar pelo menos um gerente de contas para atendimento de Pós-vendas.

4.8.19. Qualquer manutenção e/ou intervenção, mesmo não implicando inoperância dos serviços ou alteração nas suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com a UGTI, exceto quando esta se tratar de uma emergência.

4.8.20. Todos os custos com instalação, mobilização de equipes, transporte, impostos, registros e etc. serão a cargo da CONTRATADA.

4.8.21. Poderá haver mudança de local de equipamentos ou aplicações conforme necessidade da CONTRATANTE, para esse fim, a CONTRATADA poderá ser acionada para providenciar todas as mudanças físicas e/ou lógicas necessárias, a serem acordadas com antecedência.

4.8.22. O espaço em rack para instalação dos equipamentos, bem como adequações elétricas serão providenciados pela CONTRATANTE.

4.8.23. Os custos com transporte, deslocamento de equipe ou demais custos provenientes dos atendimentos aos chamados deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.

4.9. Requisitos de Compatibilidade

4.9.1. Os serviços gerenciados de segurança devem ser compatíveis com o ambiente tecnológico atual da FIEB, integrando-se de forma eficaz às soluções de TI existentes, como sistemas de detecção e prevenção de intrusão, antivírus corporativo e demais ferramentas de segurança já implementadas. Além disso, deve ser possível a integração com futuros sistemas, permitindo escalabilidade e flexibilidade de acordo com as necessidades da FIEB.

4.10. Requisitos do Ambiente da CONTRATANTE

4.10.1. Os requisitos a seguir devem ser norteadores dos requisitos mínimos de ambiente para funcionamento das soluções ofertadas, e como tal, caberá à Licitante ofertar solução que atenda aos requisitos mínimos do ambiente combinada com compatibilidade técnica mínima presente no item "4.16. Especificações Técnicas da Solução".

4.10.2. Sob os indicadores aqui apontados a solução deve prever capacidade de escalar em no mínimo 30% (número de usuários, equipamentos, sites gerenciados, regras e redes) sem ônus para a CONTRATANTE.

4.10.3. Os requisitos deste item são parte integrante deste termo de referência, para dimensionamento da solução ofertada e como tal a CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento destes requisitos e tão pouco se amparar somente nas especificações técnicas de produto.

4.10.4. Os ativos existentes no ambiente de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação são os seguintes e deverão ser considerados no projeto da "Solução de Segurança" a ser contratada:

4.10.5. Características do ambiente:

4.10.5.1. Número de links, conexões e usuários por unidade:

[illegible]

Local	Unidade	Links Externos (WAN)	Nº PCs ADM (A)	Nº PCs LAB (B)	Nº Conexões (dispositivos) simultâneas previstas A+B+ "Wi-Fi"	Alunos p/ turno	Professores p/ turno	Funcionários p/ turno
1	FIEB Alphaville	500 Mb (Link 1) +1 Gb (Link 2) +1 Gb (Link 3) +1 Gb (Link 4)	198	360	1200	1015	69	253
2	FIEB Jardim Belval	300 Mb (Link 1) + 1 Gb (Link 2) + 1 Gb (Link 3)	73	662	1300	1114	97	46
3	FIEB Jardim Paulista	1Gb (Link 1) +500Mb (Link 2) +500Mb (Link 3)	39	257	800	795	62	44
4	FIEB Engenho Novo	300Mb (Link 1) +500Mb (Link 2) +500Mb (Link 3)	48	148	800	536	52	35
5	FIEB Jardim Maria Cristina	300Mb (Link 1) +500Mb (Link 2) +500Mb (Link 3)	41	255	700	629	57	32
6	FIEB Parque Imperial	300Mb (Link 1) +500Mb (Link 2) +500Mb (Link 3)	27	181	600	731	46	32
7	FIEB Aldeia da Serra	300Mb (Link 1) +500Mb (Link 2) +500Mb (Link 3) +30Mb (Link 4)	20	126	400	167	23	15
TOTAL			446	1989	5800	4987	406	457

4.10.5.2. Número de equipamentos por unidade:

Local	Unidade	Desktops	Notebooks	Antenas Wireless	Switches	Servidores Físicos	Servidores Virtuais
1	FIEB Alphaville	156	280	53	18	2	11
2	FIEB Jardim Belval	462	272	50	29	1	5
3	FIEB Jardim Paulista	61	232	30	8	1	2
4	FIEB Engenho Novo	115	81	26	7	1	2

5	FIEB Jardim Maria Cristina	101	195	32	7	1	2
6	FIEB Parque Imperial	129	80	26	9	1	2
7	FIEB Aldeia da Serra	55	71	8	4	1	2
TOTAL		1079	1211 + 500 (professores) 1711	225	82	8	26

4.10.6. Os notebooks utilizados pelos professores, em número aproximado de 500 (quinhentas) unidades, circulam entre as diversas unidades.

4.10.7. As informações dos ambientes poderão ter variação de 15% em qualquer dos valores informados.

4.10.8. A solução de firewall legada é Fortinet e suas atuais políticas, regras e configurações deverão ser migradas pela CONTRATADA, na nova solução; bem como todas as configurações e recursos do FortiAnalyzer e FortiManager.

4.10.9. São características dos ambientes que deverão ser migrados, incluído, mas não somente:

4.10.9.1. Todas as regras de firewall e perfis de segurança de todas as VLANs (em média 9 VLANs).

4.10.9.2. As VPNs entre os sites, devem se comunicar diretamente entre si, independente do site principal.

4.10.9.3. Novo ambiente deverá unir e uniformizar as regras para padrão homogêneo, seguindo melhores práticas, com preparação, sugestões e ajustes definidos e reuniões na fase de pré-instalação, entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

4.10.10. Em todos os locais os Firewalls operarão como “gateway” e farão interligação por VPN (site-to-site redundante) com o todos os demais sites do item “2.2.2. Locais de instalação”.

4.10.11. Em todos os sites haverá HA (High Availability) ativo / passivo.

4.10.12. Em todos os sites as principais “features” serão ativadas (Firewall, Application Control, Url filtering, VPN site-to-site, VPN cliente-to-site, antivírus, Análise de ameaças de Dia zero (sandbox), IPS, gestão de identidade e etc.).

4.10.13. Deverá ser configurado VPN Client-to-site (IPsec e SSL).

4.10.14. Deverá permitir a formação automática de malha VPN entre unidades remotas, possibilitando comunicação direta entre filiais, com criação dinâmica de túneis IPsec sob demanda, sem necessidade de intervenção manual para cada novo túnel, garantindo redução de latência, melhor desempenho e escalabilidade da rede corporativa.

4.10.15. A CONTRATADA deverá configurar disponibilidade de conexões entre os sites remotos e o site principal (local 1) implementando VPN redundante nos locais com 3 ou mais links.

4.10.16. A CONTRATADA deverá configurar disponibilidade implementando redundância de links (Balance e Failover).

4.10.17. A CONTRATADA deverá implementar no mínimo 9 VLANs para cada ambiente:

4.10.17.1. VLAN1: rede de gerência;

4.10.17.2. VLAN2: rede isolada para acesso à internet de rede Wi-Fi “convidados”, para equipamentos não corporativos;

4.10.17.3. VLAN3: rede de câmeras de monitoramento, que deve estar disponível localmente e para unidade central de monitoramento (local2, item 1.2) acessar sistema de DVR (Digital Video Recorder), com controle de banda;

4.10.17.4. VLAN4: rede de alcance administrativo interno de cada unidade e que deve alcançar site principal;

- 4.10.17.5. VLAN5: rede acadêmica interna de cada unidade e que deve alcançar alguns serviços da rede administrativa e de gerência;
- 4.10.17.6. VLAN6: rede de troubleshooting, para diagnóstico e testes;
- 4.10.17.7. VLAN7: rede de alcance administrativo, Wi-Fi;
- 4.10.17.8. VLAN8: rede de alcance escolar, Wi-Fi;
- 4.10.17.9. VLAN9: rede isolada de telefonia IP (a ser estruturada).

4.10.18. O número de conexões simultâneas deverá ser parâmetro mínimo para dimensionamento adequado da “Solução de Segurança”, sendo ainda necessário, à CONTRATADA, atender as respectivas especificações dessas conexões simultâneas de modo a garantir adequada navegabilidade entre as diversas aplicações, inclusive as de tráfego geralmente oneroso (Youtube, Netflix, sites de streaming em geral, etc.).

4.10.19. Será definido na fase de planejamento das instalações das soluções, entre CONTRATANTE e CONTRATADA, as estratégias de priorização de tráfego (QoS, Traffic Shapping, etc.), que poderão ser implementados na “Solução de Segurança” com finalidade priorizar garantia de serviço, em convívio com aplicações de alto consumo apontados no item anterior.

4.10.20. CONTRATADA deverá na instalação configurar acesso limitado a equipe que atende laboratórios de TI nos sites remotos, de modo que somente possuam capacidade de liberar ou remover acesso do aluno à internet.

4.10.21. CONTRATADA deverá configurar agendamento de backup dos logs da SGC (“Solução de Gerência Centralizada”) para “Storage” externo da CONTRATANTE, podendo este ser local ou nuvem a critério da CONTRATANTE, mas de responsabilidade dela os custos e infraestrutura desse ambiente.

4.11. Requisitos de Homologação Técnica

4.11.1. Para fins de comprovação de plena compatibilidade entre o ofertado e as especificações do termo de referência a Licitante melhor classificada, deverá apresentar todos os documentos comprobatórios e catálogo de especificações técnicas dos produtos para auferir a comprovação de atendimento técnico.

4.11.2. Para os catálogos, serão utilizados os seguintes critérios:

4.11.2.1. A Licitante deverá comprovar através de catálogos, especificações técnicas via site internet, folders, dentre outros, as especificações técnicas exigidas neste termo de referência, linha a linha, indicando o número da página correspondente de seu catálogo e/ou material técnico, que comprove a correspondência. Para fins de entendimento técnico e averiguação da solução ofertada, o não cumprimento deste item acarretará na desclassificação da Licitante no certame.

4.11.2.2. Poderão ser usadas as informações constantes no site do fabricante, em caso de dúvida, para fins de aprovação ou reprovação.

4.11.2.3. Poderá ser utilizado carta oficial do fabricante, com data não superior a 90 (noventa) dias de emissão, atestando a compatibilidade do item em incerteza.

4.11.3. Da comprovação:

4.11.3.1. A homologação técnica será feita exclusivamente a Licitante melhor classificada.

4.11.3.2. A comprovação deve contemplar todos os itens da especificação técnica (“item-a-item”).

4.11.3.3. Esta etapa é obrigatória para fins de entendimento técnico e averiguação da solução ofertada e o não cumprimento deste item acarretará na desclassificação da Licitante no certame.

4.11.3.4. Junto a toda a documentação de comprovação a Licitante deverá entregar tabela com referência linha-a-linha dos documentos/páginas/links que comprovam o pleno atendimento do item, conforme exemplo abaixo:

COMPROVAÇÃO TÉCNICA - PREGÃO XXX/2026	
SERVIÇOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA FIEB E SUAS UNIDADES	
4.16. Especificações Técnicas da Solução	Documento
4.16.1.1. Requisitos Gerais do Serviço	

4.16.1.1.1. Todos os equipamentos devem ser novos, sem qualquer tipo de uso, estar em perfeito estado e não podem estar descontinuados no seu país de origem durante o período da implantação.	Declaração “X”
4.16.1.1.2. O hardware e o software fornecidos não podem constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de end-of-sale, end-of-support, end-of-engineeringsupport ou end-of-life do fabricante.	Link: https://xyz.com.br Ou Certidão “XXX”
4.16.1.1.3. A solução deve consistir em plataforma de proteção de rede baseada em appliance com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), com console de gerência (monitoramento e relatórios).	Documento “Y”
4.16.1.1.4. A solução UTM/NGFW (item 1 e item 2) deverá ser do mesmo fabricante da solução de Gerência Centralizada (item 3), para garantir total compatibilidade.	Documento “Z”
4.16.1.1.5. Deverá ser fornecida em hardware específico, não sendo aceito “montagens” de equipamentos tipo PC ou servidor adaptados com função de firewall.	N/D
4.16.1.2. Recursos de Segurança e Funcionalidades	
4.16.1.2.1. Firewall de Próxima Geração (NGFW):	
4.16.1.1.1.1. Capacidade de inspeção profunda de pacotes (DPI).	Documento “Z” pagina “X”
4.16.1.1.1.2. Controle de aplicações e usuários.	Documento “Z” pagina “X”
4.16.1.1.1.3. Prevenção de intrusões (IPS/IDS) com atualizações de assinaturas em tempo real.	Documento “Z” pagina “X”
4.16.1.2.2. Inspeção TLS/SSL:	
4.16.1.2.2.1. Capacidade de descriptografar e inspecionar tráfego criptografado (HTTPS, SMTPS, etc.) para detecção de ameaças.	Documento “Z” pagina “X”
4.16.1.2.2.3. Gerenciamento de certificados para a inspeção.	Documento “Z” pagina “X”
<i>(continua para todos os demais itens)</i>	

4.11.3.6. A indicação de documentos é apenas a apresentação de exemplos, ficando facultado a Licitante melhor classificada, utilizar de qualquer documentação oficial do fabricante para justificar a comprovação.

4.11.4. Apresentada a documentação, a sessão será suspensa por 48h, para homologar a documentação.

4.11.5. Ao final da análise a área técnica da FIEB deverá emitir parecer quanto à conformidade do objeto.

4.11.6. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, avaliar a totalidade dos requisitos e funcionalidades descritos neste documento ou selecionar um conjunto parcial destes para fins de homologação da amostra, sem necessidade de justificativa ou comunicação prévia à Licitante acerca do escopo definido.

4.12. Requisitos de Confidencialidade e Privacidade

4.12.1. Todas as informações que trafegam nos equipamentos, bem como todas e quaisquer informações originadas pela CONTRATANTE, que a CONTRATADA venha a ter acesso serão consideradas “Informações Confidenciais”.

4.12.2. É considerado como informação confidencial, incluindo, mas não limitado a estes: sites de acesso, volumetria de dados e acesso, toda e qualquer informação de usuário, IPs de origem, IP de destino, dados de consumo, dados de pagamentos, informações de equipamentos e softwares internos e externos da CONTRATANTE, horários de acesso, aplicações e serviços consumidos e etc..

4.12.3. Em momento anterior a instalação, a CONTRATADA deverá assinar um atestado de confidencialidade, onde concorda em fazer uso de toda informação confidencial que receber da FIEB de forma sigilosa e a não revelar qualquer informação confidencial a terceiros, a menos que tenha para isso consentimento formal.

4.12.4. A CONTRATADA se compromete a guardar confidencialidade e a não utilizar qualquer tipo de Informação Confidencial para propósitos estranhos àqueles definidos neste Termo de Referência ou em benefício próprio ou de terceiros.

4.12.5. A CONTRATADA se compromete a adotar as medidas necessárias para que seus dirigentes, empregados, e em geral todas as pessoas que trabalham sob sua responsabilidade, que precisem conhecer a Informação Confidencial, mantenham a confidencialidade acordada neste instrumento, sendo responsável pela ruptura do compromisso de confidencialidade pelos seus empregados.

4.12.6. A CONTRATADA se obriga a devolver ou destruir imediatamente todo o material que contenha Informações Confidenciais, tão logo ocorra a rescisão ou término da vigência do contrato firmado entre as partes.

4.12.7. A CONTRATANTE também se compromete a tratar como confidenciais todas as informações de propriedade da CONTRATADA, que vier a ter conhecimento, durante a vigência do contrato

4.13. Vistoria

4.13.1. As empresas interessadas em participar da licitação, poderão efetuar vistoria prévia na FIEB e suas Unidades Escolares, conforme do item "2.2.2. Locais de instalação", mediante agendamento prévio:

4.13.1.1. A vistoria poderá ser realizada em dias úteis (segunda a sexta-feira) das 09h00 às 16h00, até 01 (um) dia antes da data de abertura do certame, mediante prévio agendamento, com antecedência mínima de um dia útil, através do e-mail suporte@fieb.edu.br;

4.13.2. As empresas que não efetuarem a vistoria facultativa NÃO poderão alegar desconhecimento da situação das instalações da CONTRATANTE, com fins de eximir-se de quaisquer responsabilidades inerentes à perfeita execução do objeto constante no Edital.

4.13.3. Na ocasião da vistoria técnica, o interessado deverá estar munido de documento de identificação pessoal com foto.

4.13.4. A empresa licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar, junto com os documentos de habilitação, Declaração de Não Realização de Vistoria, assinada por seu representante legal, na qual assumirá total responsabilidade pelas condições do local de execução dos serviços e pelos eventuais ônus decorrentes de sua decisão.

4.14. Subcontratação

4.14.1. Não será admitida a subcontratação nos serviços gerenciados de segurança da informação, pois é necessário garantir a qualidade, integração e segurança desses serviços especializados.

4.14.2. A subcontratação pode comprometer a eficácia devido à falta de especialização, falhas de integração entre soluções tecnológicas (FAAS, SIEM, SOC, etc.), e dificuldades na coordenação e resposta rápida a incidentes.

4.14.3. A concentração da contratação em uma única empresa, em um único lote, não apenas simplifica a gestão e coordenação do projeto, mas também promove maior controle técnico e operacional; maior proteção de dados sensíveis e confidenciais, reduzindo riscos de vazamento

4.15. Garantia da Contratação

4.15.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.15.1.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

4.15.1.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.15.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.16. Especificações Técnicas da Solução

4.16.1. FAAS - FIREWALL AS A SERVICE (ITEM 1 E ITEM 2)

O serviço de Firewall as a Service (FaaS) deverá ser fornecido como uma solução completa, incluindo o fornecimento, licenciamento, implantação, configuração, gestão, treinamento, monitoramento e suporte de appliances de firewall de próxima geração (NGFW).

4.16.1.1. Requisitos Gerais do Serviço

4.16.1.1.1. Todos os equipamentos devem ser novos, sem qualquer tipo de uso, estar em perfeito estado e não podem estar descontinuados no seu país de origem durante o período da implantação.

4.16.1.1.2. O hardware e o software fornecidos não podem constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de end-of-sale, end-of-support, end-of-engineeringsupport ou end-of-life do fabricante.

4.16.1.1.3. A solução deve consistir em plataforma de proteção de rede baseada em appliance com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), com console de gerência (monitoramento e relatórios).

4.16.1.1.4. A solução UTM/NGFW (item 1 e item 2) deverá ser do mesmo fabricante da solução de Gerência Centralizada (item 3), para garantir total compatibilidade.

4.16.1.1.5. Deverá ser fornecida em hardware específico, não sendo aceito "montagens" de equipamentos tipo PC ou servidor adaptados com função de firewall.

4.16.1.1.6. O serviço deverá ser entregue no modelo "as-a-service", abrangendo todos os componentes necessários (hardware, software, licenças e serviços de gestão).

4.16.1.1.7. A solução deverá operar em arquitetura de alta disponibilidade HA (modo de Alta-Disponibilidade) ativo/passivo para garantir a continuidade dos serviços.

4.16.1.1.8. A plataforma deve ser otimizada para análise de conteúdo de aplicações em camada 7.

4.16.1.1.9. Deverá ser garantida a retenção por um período mínimo de 12 (doze) meses.

4.16.1.1.10. O gerenciamento da solução deverá ser centralizado e provido pela CONTRATADA.

4.16.1.1.11. A CONTRATADA deverá gerenciar e aplicar políticas de segurança conforme as diretrizes da CONTRATANTE.

4.16.1.1.12. O serviço deverá incluir a geração de relatórios periódicos de desempenho, segurança e conformidade.

4.16.1.1.13. O suporte e a operação do serviço deverão ser 8x5, com plantão 24x7.

4.16.1.1.14. A CONTRATADA deverá possuir profissionais certificados nas tecnologias propostas.

4.16.1.1.15. A estrutura do serviço deverá contemplar uma equipe qualificada e processos bem definidos para a gestão do ambiente.

4.16.1.1.16. O escopo do licenciamento deverá incluir todas as funcionalidades avançadas de segurança descritas.

4.16.1.1.17. Não será permitido o uso de softwares não homologados ou acesso não autorizado aos equipamentos.

4.16.1.1.18. A CONTRATADA deverá apresentar um plano detalhado de implantação.

4.16.1.1.19. Poderá ser solicitada a realização de uma Prova de Conceito (PoC) antes da contratação final.

4.16.1.2. Recursos de Segurança e Funcionalidades

4.16.1.2.1. Firewall de Próxima Geração (NGFW):

4.16.1.2.1.1. Capacidade de inspeção profunda de pacotes (DPI).

4.16.1.2.1.2. Controle de aplicações e usuários.

4.16.1.2.1.3. Prevenção de intrusões (IPS/IDS) com atualizações de assinaturas em tempo real.

4.16.1.2.2. Inspeção TLS/SSL:

4.16.1.2.2.1. Capacidade de descriptografar e inspecionar tráfego criptografado (HTTPS, SMTPS, etc.) para detecção

de ameaças.

4.16.1.2.2.2. Gerenciamento de certificados para a inspeção.

4.16.1.2.3. Proteção Avançada contra Ameaças:

4.16.1.2.3.1. Funcionalidade de Sandbox para análise de arquivos suspeitos em ambiente isolado.

4.16.1.2.3.2. Detecção e bloqueio de malware, ransomware e ataques de dia zero.

4.16.1.2.4. Zero Trust Network Access (ZTNA):

4.16.1.2.4.1. Implementação de políticas de acesso baseadas no princípio de confiança zero.

4.16.1.2.4.2. Autenticação contínua e autorização granular.

4.16.1.2.5. SD-WAN (Software-Defined Wide Area Network):

4.16.1.2.5.1. Otimização de tráfego e roteamento inteligente para múltiplas conexões.

4.16.1.2.5.2. Priorização de aplicações críticas.

4.16.1.2.6. Integração API:

4.16.1.2.6.1. Capacidade de integração via API com outras soluções de segurança e gerenciamento.

4.16.1.2.7. Suporte a Protocolos de Rede:

4.16.1.2.7.1. Suporte completo para IPv4 e IPv6.

4.16.1.2.7.2. Funcionalidades avançadas de roteamento (BGP, OSPF, etc.).

4.16.1.2.8. Qualidade de Serviço (QoS) e Traffic Shaping:

4.16.1.2.8.1. Controle e priorização de largura de banda para aplicações e serviços.

4.16.1.2.9. VPN (Virtual Private Network):

4.16.1.2.9.1. Suporte a VPNs IPsec e SSL VPN para acesso remoto seguro e interconexão de redes.

4.16.1.3. Conformidade e Níveis de Serviço (SLA):

4.16.1.3.1. A solução deverá estar em conformidade com as diretrizes do NIST Cybersecurity Framework e ISO 27001.

4.16.1.3.2. O tratamento de dados pessoais deverá seguir rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.16.1.3.3. O SLA de continuidade do serviço deverá garantir um uptime mínimo de 99,9%.

4.16.1.3.4. SLA de substituição de equipamentos em caso de falha deverá ser realizada no máximo no dia seguinte (NBD - Next Business Day).

4.16.1.4. Especificação Técnica Específica Firewall TIPO 1 (ITEM 1)

4.16.1.4.1. Throughput de, no mínimo, 75 Gbps de Firewall;

4.16.1.4.2. Throughput de, no mínimo, 29,5 Gbps de IPS;

4.16.1.4.3. Throughput de, no mínimo, 23 Gbps de NGFW, ou seja, com funcionalidades de Firewall, IPS e Controle de Aplicação habilitadas;

4.16.1.4.4. Throughput de, no mínimo, 25,5 Gbps de Threat Protection, ou seja, com funcionalidades de Firewall, IPS, Controle de Aplicação e Proteção de Malwares habilitadas;

4.16.1.4.5. Throughput de, no mínimo, 62,5 Gbps de VPN IPsec;

4.16.1.4.6. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 8.500 túneis de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos;

4.16.1.4.7. Suportar a, no mínimo, 16.000.000 conexões simultâneas;

4.16.1.4.8. Suporte a, no mínimo, 368.000 novas conexões por segundo;

4.16.1.4.9. Suportar no mínimo 8 Gbps de throughput de Inspeção SSL;

4.16.1.4.10. Possuir ao menos 4 x portas 1 GbE copper (RJ45);

4.16.1.4.11. Possuir ao menos 4 x portas 2.5 GbE copper;

4.16.1.4.12. Possuir ao menos 4 x portas 10 GbE SFP+ fiber (SFP+ 10 GbE);

4.16.1.4.13. Deve permitir o aumento do número de interfaces através de módulos de interfaces adicionais;

4.16.1.4.14. Possuir armazenamento de no mínimo de 240 GB SATA III;

4.16.1.4.15. Possuir fonte de alimentação redundante;

4.16.1.4.16. Deve suportar a instalação em rack padrão 19".

4.16.1.5. Especificação Técnica Específica Firewall TIPO 2 (ITEM 2)

4.16.1.5.1. Throughput de, no mínimo, 30 Gbps de Firewall;

4.16.1.5.2. Throughput de, no mínimo, 6,0 Gbps de IPS;

- 4.16.1.5.3. Throughput de, no mínimo, 5,2 Gbps de NGFW, ou seja, com funcionalidades de Firewall, IPS e Controle de Aplicação habilitadas;
- 4.16.1.5.4. Throughput de, no mínimo, 5,0 Gbps de Threat Protection, ou seja, com funcionalidades de Firewall, IPS, Controle de Aplicação e Proteção de Malwares habilitadas;
- 4.16.1.5.5. Throughput de, no mínimo, 17 Gbps de VPN IPsec;
- 4.16.1.5.6. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 5.000 túneis de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos;
- 4.16.1.5.7. Suportar a, no mínimo, 6.500.000 conexões simultâneas;
- 4.16.1.5.8. Suporte a, no mínimo, 134.700 mil novas conexões por segundo;
- 4.16.1.5.9. Suportar no mínimo 1,1 Gbps de throughput de Inspeção SSL;
- 4.16.1.5.10. Possuir ao menos 8 x GE cobre;
- 4.16.1.5.11. Possuir ao menos 2 x SFP fiber;
- 4.16.1.5.12. Deve permitir o aumento do número de interfaces através de módulos de interfaces adicionais;
- 4.16.1.5.13. Possuir armazenamento, de no mínimo, SSD SATA-III de 120 GB integrado;
- 4.16.1.5.14. Deve suportar a instalação em rack padrão 19".

4.16.2. SGC - SOLUÇÃO DE GERÊNCIA CENTRALIZADA PARA FIREWALL E RELATÓRIOS (ITEM 3)

A Solução de Gerência Centralizada (SGC) deverá prover a administração unificada e a visibilidade de todos os firewalls e seus logs, conforme os requisitos abaixo.

4.16.2.1. Gerência Administrativa Centralizada

- 4.16.2.1.1. A SGC deverá permitir a consolidação da gerência de múltiplos firewalls em uma única interface.
- 4.16.2.1.2. O gerenciamento da solução deverá suportar a interface de administração via web no próprio dispositivo de proteção de rede.
- 4.16.2.1.3. Deverá implementar controle de acesso baseado em função (RBAC) para a administração, garantindo que cada usuário tenha permissões adequadas à sua função.
- 4.16.2.1.4. Deverá permitir bloqueio de alterações, no caso de acesso simultâneo de dois ou mais administradores.
- 4.16.2.1.5. A indisponibilidade da SGC não deve afetar os demais itens de funcionar, com exceção às funções de distribuição de políticas e gerência de relatórios.
- 4.16.2.1.6. A SGC deve possuir capacidade para armazenar todos os logs e registros mencionados por no mínimo 12 (doze) meses, quando então a solução deve fazer arquivamento em dispositivos ou banco de dados externos da CONTRATANTE.
- 4.16.2.1.7. Todas as ações administrativas deverão ser registradas em trilhas de auditoria imutáveis.
- 4.16.2.1.8. A solução deverá permitir a criação e aplicação de templates de políticas de segurança para padronização e agilidade.
- 4.16.2.1.9. Deverá possuir um fluxo de trabalho (workflow) para aprovação de mudanças em políticas de segurança, garantindo governança.
- 4.16.2.1.10. A SGC deverá integrar-se com serviços de diretório existentes (e.x., LDAP, Active Directory, RADIUS) para autenticação e autorização de administradores.
- 4.16.2.1.11. Deverá ser permitido aos administradores se autenticarem nos servidores de gerência através de contas de usuários locais.

4.16.2.2. Gerência de Logs e Relatórios Centralizados

- 4.16.2.2.1. A SGC deverá coletar, armazenar e correlacionar logs de todos os firewalls gerenciados.
- 4.16.2.2.2. Deverá prover funcionalidades avançadas de busca e filtragem de logs.
- 4.16.2.2.3. A solução deverá gerar relatórios customizáveis sobre tráfego, eventos de segurança, conformidade e desempenho dos firewalls.
- 4.16.2.2.4. Todos os logs de gerência e auditoria da SGC deverão ser encaminhados para o SIEM. A retenção mínima dos logs no SIEM deverá ser 90 (noventa) dias online e 90 (noventa) dias offline.
- 4.16.2.2.5. A SGC deverá prover relatórios gerenciais e operacionais sobre a postura de segurança dos firewalls.
- 4.16.2.2.6. Deverá permitir a exportação de logs e relatórios em formatos padrão (e.x., CSV, PDF, CEF, LEEF).
- 4.16.2.2.7. Gerência/gestão dos Firewalls e dos Relatórios podem estar presentes em dispositivos/meios separados, mas a responsabilidade de total compatibilidade e disponibilidade da solução é exclusivamente da CONTRATADA.
- 4.16.2.2.8. A solução deve possuir mecanismo de indexação de logs para permitir uma busca acelerada dos eventos sem a necessidade de abertura de arquivos de logs mais antigos.

4.16.3. SIEM - SOLUÇÃO DE GESTÃO DE EVENTOS E INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA (ITEM 4)

A Solução de Gestão de Eventos e Informações de Segurança (SIEM) deverá coletar, normalizar, correlacionar e analisar eventos de segurança de diversas fontes, provendo visibilidade e capacidade de resposta a incidentes.

4.16.3.1. Escopo e Dimensionamento

4.16.3.1.1. O SIEM deverá cobrir a coleta, análise, correlação e armazenamento de eventos de segurança de todos os ativos críticos da CONTRATANTE.

4.16.3.1.2. A solução deverá ser dimensionada para suportar o volume de eventos por segundo (EPS) e o volume diário de logs gerados pelo ambiente da CONTRATANTE, com capacidade de expansão.

4.16.3.1.3. A retenção de logs brutos e correlacionados deverá ser de 90 (noventa) dias online e 90 (noventa) dias offline.

4.16.3.2. Funcionalidades e Arquitetura

4.16.3.2.1. Coleta e Recebimento:

4.16.3.2.1.1. Suporte a múltiplos protocolos de coleta (Syslog, SNMP, API, agentes, etc.).

4.16.3.2.1.2. Capacidade de coletar logs de sistemas operacionais, aplicações, dispositivos de rede, firewalls, bases de dados e soluções de segurança.

4.16.3.2.2. Normalização e Correlação:

4.16.3.2.2.1. Normalização de eventos para um formato comum.

4.16.3.2.2.2. Motor de correlação robusto para identificar padrões e incidentes de segurança.

4.16.3.2.2.3. Capacidade de criar regras de correlação customizadas.

4.16.3.2.3. Arquitetura:

4.16.3.2.3.1. Arquitetura escalável, resiliente e com alta disponibilidade.

4.16.3.2.3.2. Componentes distribuídos para coleta e processamento de logs.

4.16.3.2.4. Armazenamento e Acesso:

4.16.3.2.4.1. Armazenamento seguro e íntegro dos dados de log.

4.16.3.2.4.2. Acesso auditável aos dados brutos e correlacionados.

4.16.3.2.5. Controle de Acesso:

4.16.3.2.5.1. Controle de acesso granular baseado em função (RBAC) para usuários do SIEM.

4.16.3.2.6. Resposta Automatizada:

4.16.3.2.6.1. Capacidade de integrar-se com outras ferramentas para resposta automatizada a incidentes (e.x., bloqueio de IPs, desativação de contas).

4.16.3.2.7. Monitoramento de Postura de Segurança em Nuvem (CSPM):

4.16.3.2.7.1. Integração para monitorar e avaliar a postura de segurança de ambientes em nuvem (IaaS, PaaS, SaaS).

4.16.3.2.8. Inteligência de Ameaças (Threat Intelligence):

4.16.3.2.8.1. Integração com feeds de inteligência de ameaças para enriquecimento de eventos e detecção proativa.

4.16.3.3. Licenciamento e Suporte

4.16.3.3.1. O licenciamento deverá ser abrangente, cobrindo todas as funcionalidades e o volume de dados/eventos necessários.

4.16.3.3.2. O suporte deverá incluir atualizações contínuas da plataforma e dos feeds de inteligência de ameaças.

4.16.3.3.3. A CONTRATADA deverá prover suporte técnico especializado para a plataforma SIEM.

4.16.3.4. Requisitos Adicionais

4.16.3.4.1. A solução deverá preferencialmente ser de origem nacional, com certificação ABES.

4.16.4. SOC - CENTRO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA (ITEM 5)

O Centro de Operações de Segurança (SOC) deverá prover serviços de monitoramento, gestão de segurança e resposta a incidentes, garantindo a proteção contínua do ambiente da CONTRATANTE.

4.16.4.1. Objetivo e Descrição do Serviço

4.16.4.1.1. O SOC tem como objetivo principal a detecção proativa, análise e resposta a incidentes de segurança, minimizando riscos e impactos.

4.16.4.1.2. O serviço deverá operar 24x7x365, com equipe especializada e processos bem definidos.

4.16.4.2. Etapas de Implantação

4.16.4.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de projeto detalhado para a implantação do SOC.

4.16.4.2.2. As etapas deverão incluir onboarding, configuração inicial, ajuste fino (tuning) das regras de detecção e go-live.

4.16.4.3. Serviço de Monitoramento de Segurança

4.16.4.3.1. Monitoramento contínuo 24x7x365 de eventos e alertas de segurança.

4.16.4.3.2. Análise em tempo real de alertas, com foco na redução de falsos positivos.

4.16.4.3.3. Detecção de anomalias e comportamentos suspeitos.

4.16.4.4. Serviço de Gestão de Segurança

4.16.4.4.1. Avaliações periódicas da postura de segurança.

4.16.4.4.2. Gestão de configurações de segurança.

4.16.4.5. Resposta a Incidentes

4.16.4.5.1. O processo de resposta a incidentes deverá ser baseado nas diretrizes do NIST SP 800-61 (Computer Security Incident Handling Guide) ou na função de Resposta do NIST Cybersecurity Framework.

4.16.4.5.2. As fases de resposta a incidentes deverão incluir:

4.16.4.5.2.1. Preparação: Desenvolvimento de planos e procedimentos.

4.16.4.5.2.2. Detecção e Análise: Identificação e avaliação de incidentes.

4.16.4.5.2.3. Contenção: Limitação do impacto do incidente.

4.16.4.5.2.4. Erradicação e Recuperação: Remoção da causa raiz e restauração dos sistemas.

4.16.4.5.2.5. Atividades Pós-Incidente: Lições aprendidas e melhorias.

4.16.4.6. Governança e Relacionamento Técnico

4.16.4.6.1. Deverão ser estabelecidos rituais de comunicação e reuniões periódicas (semanais, mensais, trimestrais) com a CONTRATANTE.

4.16.4.6.2. A CONTRATADA deverá designar um Gerente de Contas e dois pontos focais técnicos.

4.16.4.7. Estrutura Organizacional do SOC

4.16.4.7.1. A equipe do SOC deverá ser estruturada com diferentes níveis de atuação:

4.16.4.7.1.1. Nível 1 (N1): Triagem inicial de alertas, análise básica e escalonamento.

4.16.4.7.1.2. Nível 2 (N2): Análise aprofundada de incidentes, validação, contenção e coordenação da resposta.

4.16.4.7.1.3. Nível 3 (N3)/CSIRT: assume a liderança na condução de investigações críticas, validando os dados fornecidos pelos níveis anteriores, aplicando técnicas forenses e elaborando ações corretivas definitivas.

4.16.4.7.1.4. Governança: Supervisão estratégica, relatórios executivos e conformidade.

4.16.4.7.1.5. Threat Hunting: Atividades proativas de busca por ameaças não detectadas.

4.16.4.7.1.6. Blue Advisory: Consultoria e recomendações de segurança.

4.16.4.7.1.7. SIEM Support: Manutenção e otimização da plataforma SIEM.

4.16.4.8. Entregáveis Recorrentes

4.16.4.8.1. Relatórios mensais e trimestrais sobre a postura de segurança, incidentes, vulnerabilidades e desempenho do serviço.

4.16.4.8.2. Definição e acompanhamento de Key Performance Indicators (KPIs) e Key Risk Indicators (KRIs) para o serviço.

4.16.4.8.3. Matriz de responsabilidades (RACI) clara entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Além das condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital, o CONTRATANTE obriga-se a:

- 5.1.1.** Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2.** Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3.** Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6.** Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7.** Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8.** Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à FIEB, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital, a CONTRATADA obriga-se a:

- 5.2.1.** Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente;
- 5.2.2.** Comunicar à Comissão de Fiscalização, sempre que necessário, as ocorrências verificadas no transcorrer dos serviços;
- 5.2.3.** Fornecer documentação de todas as atividades realizadas;
- 5.2.4.** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato;
- 5.2.5.** Manter sigilo de informações que por qualquer meio venha a ter acesso referentes ao CONTRATANTE ou a seus servidores.
- 5.2.6.** Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.7.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.8.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.2.9. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.11. Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.12. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.13. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.14. Fazer a transição contratual, quando for o caso;

5.2.14.1. A CONTRATADA deverá contribuir e fornecer os recursos necessários a eventual migração de dados para uma nova solução;

5.2.14.2. Os serviços contratados deverão permitir a portabilidade de dados e aplicativos, em decorrência de futura contratação para a continuidade dos serviços;

5.2.14.3. As informações da FIEB deverão estar disponíveis para transferência de localização, em prazo adequado e sem custo adicional, de modo a garantir a continuidade do negócio e possibilitar futura transição contratual;

5.2.14.4. A CONTRATADA deverá apresentar a FIEB o plano de transição, no prazo de até 3 (três) meses antes do fim da vigência do Contrato, ou ainda, 10 (dez) dias úteis após o conhecimento do motivo extraordinário que ensejou a impossibilidade de continuar prestando o serviço;

5.2.14.5. A transferência final de conhecimentos por parte da CONTRATADA deverá ser concluída no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar do envio do Plano de Transição;

5.2.14.6. No Plano de Transição deverão estar identificados compromissos, papéis e responsabilidades, artefatos e tarefas, a data de início da transição, o tempo necessário e a identificação de todos envolvidos com a transição;

5.2.14.7. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução do plano de transição bem como a garantia do repasse bem-sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pela FIEB ou empresa por ela designada;

5.2.14.8. O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela FIEB e que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e dos serviços para si ou para um novo prestador, constituirá inadimplemento contratual, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos causados, conforme estipulado nas sanções administrativas aplicáveis;

5.2.14.9. Durante o tempo requerido para desenvolver e executar o plano de transição, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo esforço adicional que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem ônus para a FIEB;

5.2.14.10. A CONTRATADA deverá entregar a FIEB toda e qualquer documentação gerada em função da prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como cederá em caráter definitivo a propriedade intelectual e os direitos autorais concernentes aos produtos elaborados no âmbito da contratação, entendendo-se por produtos quaisquer estudos, modelo de dados, base de dados, relatórios, páginas na intranet e internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, dentre outros;

5.2.14.11. Ao final do Contrato de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá fornecer todas as informações necessárias à transição para a nova contratada, além de elaborar e atualizar toda a documentação que porventura não tenha sido devidamente gerada ou atualizada durante o período de vigência do Contrato;

5.2.15. A CONTRATADA deverá fornecer para a FIEB, ou a terceiro por ela designado, toda a documentação (banco de dados, logs, relatórios, etc) relativa à prestação dos serviços que esteja em sua posse. O processo de transferência da documentação deve ser realizado pela CONTRATADA para ferramenta de gestão de serviços indicada pela FIEB;

5.2.16. A CONTRATADA deverá devolver para a FIEB todos os recursos materiais que são de propriedade da FIEB;

- 5.2.17.** A FIEB deverá providenciar a revogação de todos os perfis de acesso aos sistemas e a eliminação de caixas postais, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após o encerramento do Contrato;
- 5.2.18.** A CONTRATADA será responsável pela instalação, configuração e operação das ferramentas de segurança cibernética conforme especificado no contrato, abrangendo soluções de monitoramento, detecção de ameaças, resposta a incidentes e mitigação de vulnerabilidades;
- 5.2.19.** Manter o monitoramento contínuo 24X7 de todos os ativos de TI da FIEB, utilizando as melhores práticas e tecnologias de segurança, além de fornecer alertas em tempo real para incidentes e tentativas de invasão;
- 5.2.20.** Fornecer relatórios periódicos mensais detalhando o status da segurança cibernética, incluindo eventos de segurança, tentativas de invasão, vulnerabilidades detectadas, ações corretivas e recomendações de melhorias;
- 5.2.21.** Implementar um plano de resposta a incidentes, garantindo que qualquer incidente de segurança cibernética seja rapidamente identificado, investigado e mitigado;
- 5.2.22.** Em caso de incidentes críticos, a CONTRATADA deverá atuar de forma rápida e eficiente, assegurando a restauração da segurança e a minimização dos impactos nos serviços da FIEB;
- 5.2.23.** Promover capacitações periódicas para a equipe de TI da FIEB, garantindo a transferência de conhecimento sobre as ferramentas utilizadas, análise de relatórios e resposta a incidentes;
- 5.2.24.** Seguir rigorosamente as políticas de confidencialidade e segurança da informação, comprometendo-se a proteger os dados e informações sensíveis da FIEB, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- 5.2.25.** Responder por escrito, no prazo de até 2 (dois) dias corridos, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução do Contrato e que venham a ser solicitados pela FIEB.

6. Modelo de execução do contrato

Condições de Execução e Instalação

- 6.1.** A instalação dos equipamentos nos ambientes deverá ser realizada pela CONTRATADA;
- 6.2.** A execução do objeto deste certame deverá ser realizada em até 90 (noventa) dias consecutivos, a partir da assinatura do Termo de Contrato ou Equivalente, mediante entrega de cronograma, detalhando as fases do projeto de implantação;
- 6.3.** Correrão por conta da CONTRATADA as despesas para efetivo atendimento do objeto licitado, tais como: transporte, frete, pedágio, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, dentre outros;
- 6.4.** Os equipamentos deverão ser entregues e instalados nos seguintes endereços de acordo com o especificado no Contrato, Pedido de Compras ou equivalente emitido pela FIEB:

Ordem	Unidade	Endereço	Modelo Recomendado
1	FIEB Alphaville	FIEB - Fundação Instituto de Educação de Barueri. Avenida Andrômeda, 500 – Alphaville – Barueri/SP CEP: 06473-000	Firewall Tipo 1
2	FIEB Jardim Belval	FIEB – Unidade Jardim Belval – ITB Brasília Flores de Azevedo. Rua Grupo Bandeirantes, 138 – Jardim Belval – Barueri/SP CEP: 06420-150	Firewall Tipo 1
	FIEB	FIEB – Unidade Jardim Paulista – ITB Professor Munir José. Estrada Velha de	

3	Jardim Paulista	Itapevi, 2.679 – Jardim Paulista – Barueri/SP CEP: 06444-000	Firewall Tipo 2
4	FIEB Engenho Novo	FIEB – Unidade Engenho Novo – ITB Professora Maria Sylvia Chaluppe Mello. Rua Duque de Caxias, 1.000 – Vila Engenho Novo – Barueri/SP CEP: 06415-080	Firewall Tipo 2
5	FIEB Jardim Maria Cristina	FIEB – Unidade Maria Cristina – ITB Professora Dagmar Ribas Trindade. Rua Ilha Porchat, 277 – Jardim Maria Cristina – Barueri/SP CEP: 06421-030	Firewall Tipo 2
6	FIEB Parque Imperial	FIEB – Unidade Parque Imperial – ITB Professor Moacyr Domingos Savio Veronezi. Rua Tomé de Sousa, 259 – Parque Imperial – Barueri/SP CEP: 06462-040	Firewall Tipo 2
7	FIEB Aldeia da Serra	FIEB – Unidade Aldeia da Serra – ITB Professora Cristina Goldstein Barreiros. Avenida dos Pinheiros, 400 – Aldeia da Serra – Barueri/SP CEP: 06519-402	Firewall Tipo 2

Garantia, manutenção e assistência técnica

6.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.6. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da contratação deverão ser substituídas por outras novas, originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das utilizadas anteriormente.

6.7. Uma vez notificado, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

6.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo CONTRATANTE.

6.9. Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

6.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Formas de Pagamento

6.13. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.14. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. Deverá estar disponível ao CONTRATANTE, um Portal de acompanhamento de chamados técnicos. Entende-se como Portal de Acompanhamento de chamados técnicos, qualquer ferramenta de gestão acessível através da Internet por intermédio de um navegador web, com acesso restrito através de usuário/senha, e utilizando o protocolo HTTPS.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

7.7. Caberá ao preposto da CONTRATADA:

7.7.1. Acompanhar a execução do objeto do contrato e verificar a conformidade da prestação dos serviços, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.7.2. Manter contato com o GESTOR DO CONTRATO e FISCAL DO CONTRATO durante toda a vigência contratual, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas.

7.7.3. Responder, por escrito, a todos os questionamentos realizados pelo GESTOR DO CONTRATO e FISCAL DO CONTRATO.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.8.1. A condução dos serviços será delineada em kick-off a ser realizado em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, mediante prévia comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

7.8.2. A reunião poderá ser remota ou presencial. No caso de reunião presencial, a CONTRATADA deverá ser notificada ao menos com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

7.8.3. Deverá ser disponibilizado coordenador operacional e gerente de projetos para a realização das atividades previstas, à custa da CONTRATADA.

Reunião de Acompanhamento

7.9. A CONTRATANTE e a CONTRATADA realizarão reuniões de acompanhamento, visando dispor sobre os detalhes da prestação dos serviços sempre que necessário.

7.9.1. Durante a vigência do serviço, será assegurado à CONTRATANTE o seguinte modelo de governança:

7.9.1.1. Reunião mensal de KPIs de Segurança e Gestão, com apresentação de indicadores operacionais, conforme modelo de relatório mensal SOC;

7.9.1.2. Reunião mensal técnica com especialistas do SOC, com foco na adequação e melhoria dos playbooks e processos de detecção;

7.9.1.3. Reunião mensal com analista SIEM dedicado, para validação, solicitação e acompanhamento de alertas, dashboards e correlações;

7.9.1.4. Reunião mensal com especialistas das soluções integradas ao SOC, conforme escopo definido no termo de referência;

7.9.1.5. Reunião trimestral executiva, com apresentação de indicadores consolidados, planejamento estratégico e pautas priorizadas pela CONTRATANTE.

Fiscalização

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 140).

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato, ~~além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022,~~ acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Municipal nº 9.787/2023 da Prefeitura de Barueri, art. 108);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Municipal nº 9.787/2023 da Prefeitura de Barueri, art. 108, I);

7.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto Municipal nº 9.787/2023 da Prefeitura de Barueri, art. 108, III);

7.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Municipal nº 9.787/2023 da Prefeitura de Barueri, art. 108, III);

7.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 9.787/2023 da Prefeitura de Barueri, art. 108, IV).

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, ~~além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022,~~ verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 9.787/2023 da Prefeitura de Barueri, art. 106);

7.12.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Municipal nº 9.787/2023 da Prefeitura de Barueri, art. 133, II).

Gestor do Contrato

7.13. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Portaria nº 211/2024 da Fundação Instituto Educação de Barueri, art. 6);

7.14 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Portaria nº 211/2024 da Fundação Instituto Educação de Barueri, art. 6);

7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Portaria nº 211/2024 da Fundação Instituto Educação de Barueri, art. 15, II);

7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Portaria nº 211/2024 da Fundação Instituto Educação de Barueri, art. 7, XVI);

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Portaria nº 211/2024 da Fundação Instituto Educação de Barueri, art. 67, XIII);

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Portaria nº 211/2024 da Fundação Instituto Educação de Barueri, art. 7, XVI);

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Do recebimento

7.20. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Portaria nº 211/2024 da Fundação Instituto Educação de Barueri, art. 18);

7.20.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

7.21. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.22. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.23. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

7.24. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.24.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.25. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.26. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

7.27. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.28. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.29. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

7.30. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.30.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Portaria nº 211/2024 da Fundação Instituto Educação de Barueri, art. 7, XVI).

7.30.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.30.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.30.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.30.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

- 7.31.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.32.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.33.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimento de Teste de Inspeção

- 7.34.** Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.34.1.** O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las de acordo com o art. 19, inciso II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, utilizada como método de referência.

SLA (Acordo de Nível de Serviço)

- 7.35.** Objetivos de Nível de Serviço
- 7.35.1.** São considerados Ativos Críticos: Firewalls (item 1 e item 2), SGC (item 3), SIEM (item 4) e SOC (item 5);
- 7.35.2.** Para esta solução não existem ativos não-críticos;
- 7.35.3.** Os SLO's serão estabelecidos de acordo com a severidade do incidente ocorrido, conforme descrito no quadro abaixo:

Incidentes de Serviço	Definição
Crítico	Evento que indisponibiliza os serviços de um ativo classificado como crítico;
Alto	Evento que degrada os serviços de um ativo classificado como crítico ou que indisponibiliza os serviços de um ativo não crítico;
Baixo	Evento que não afeta os serviços (Consultas, apoio em extração de dados, configurações, atualizações diversas e etc.)

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 7.36.** Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme a tabela abaixo:

Nível de criticidade	Descrição do impacto	SLA para detecção	SLA para resposta	SLA para solução	Glosa
Crítico	Ameaça imediata a sistemas críticos: perda de dados confidenciais, ou interrupção e serviços essenciais	< 1 (uma) hora	Até 2 (duas) horas	Até 4 (quatro) horas	2% (dois por cento) do valor mensal do contrato por hora e/ou fração de hora excedida
	Ameaça significativa à operação: de sistemas não críticos, perda de	< 2 (duas)	Até 4	Até 6	1% (um por cento) do valor mensal do

Alto	dados não confidenciais, ou degradação do desempenho	horas	(quatro) horas	(seis) horas	contrato por hora e/ou fração de hora excedida
Baixo	Alertas falsos, solicitações de suporte técnico, ou eventos de baixa criticidade	< 4 (quatro) horas	Até 8 (oito) horas	Até 48 (quarenta e oito) horas	0,5% (zero vírgula cinco) do valor mensal do contrato por hora e /ou fração de hora excedida
Os minutos e horas mencionadas neste quadro são contabilizadas em minutos e horas corridas.					

Liquidação

7.37. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.38. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.39. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.39.1.** o prazo de validade;
- 7.39.2.** a data da emissão;
- 7.39.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.39.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 7.39.5.** o valor a pagar; e
- 7.39.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.40. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

7.41. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.42. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.43. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.44. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.45. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.46. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Validação dos valores para pagamento

7.47. A CONTRATADA deverá encaminhar ao Gestor do Contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o Relatório de Pagamento, com informações dos chamados abertos e fechados no período, bem como informações que permitam aferir o cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço previstos no subitem 7.35 e 7.36., incluindo, pelo menos:

- 7.47.1.** quantidade de ocorrências (chamados) registradas no período;
- 7.47.2.** número do chamado registrado e nível de severidade, inclusive aqueles com reabertura;
- 7.47.3.** data e hora de abertura;
- 7.47.4.** data e hora de detecção, resposta e solução do atendimento;
- 7.47.5.** identificação do analista da FIEB que registrou o chamado;
- 7.47.6.** identificação do analista da CONTRATADA que atendeu o chamado;
- 7.47.7.** nível de criticidade do chamado;
- 7.47.8.** descrição do problema;
- 7.47.9.** descrição da solução;
- 7.47.10.** informações sobre eventuais escalações;
- 7.47.11.** resumo com a lista de chamados concluídos fora do prazo de solução estabelecido;
- 7.47.12.** total de chamados no mês e o total acumulado até a apresentação do relatório;
- 7.47.13.** disponibilidade dos dispositivos;
- 7.47.14.** informações sobre relatórios de incidente de segurança;
- 7.47.15.** disponibilidade do serviço; e
- 7.47.16.** informações sobre conclusão do monitoramento dos ativos, quando pertinente

7.48. Caso concorde com os termos do Relatório Pagamento, a FIEB atestará a conformidade do documento em relação aos controles internos mantidos pela gestão contratual, autorizando a emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente pela CONTRATADA.

7.49. Em caso de discordância em relação ao Relatório de Pagamento, a FIEB apresentará o Relatório de Contestação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do primeiro dia útil após o recebimento do Relatório de Pagamento, indicando cada item de sua discordância e o valor final que entender adequado.

7.50. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 3 (três) dias úteis, o aceite ou a impugnação do respectivo Relatório de Contestação.

7.51. No caso de aceitação do seu conteúdo, a CONTRATADA poderá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

7.52. A análise da impugnação, caso haja, será realizada em autos apartados, prosseguindo-se o pagamento nos termos do Relatório de Contestação.

- 7.52.1.** Caso tenha ocorrido discussão sobre os valores finais dos serviços executados e a CONTRATADA tenha direito à complementação, deverá ser apresentada uma nota fiscal ou documento de cobrança equivalente complementar, cuja liquidação e pagamento serão efetuados nos mesmos prazos previstos neste Termo de Referência.

Prazo de pagamento

7.53. O pagamento dos serviços contratados será efetuado mensalmente após o ateste da nota fiscal pelos fiscais e gestor do contrato.

7.54. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.55. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.56. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.57. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.58. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.59. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.60. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.61. O faturamento deverá ser realizado SOMENTE pela proponente participante e vencedora do processo. NÃO SERÁ PERMITIDO faturamento em nome de terceiros.

8. Do reajuste

8.1. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a periodicidade anual, com aplicação a partir da data-base correspondente ao aniversário do contrato, de forma a recompor a variação inflacionária do período.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o Licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

~~**9.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;~~

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

~~**9.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.~~

~~**9.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.~~

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

~~9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;~~

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa Licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.27. Declaração de que o Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; qual deverá ser apresentada juntamente com a proposta.

9.27.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do Licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.28. CONTRATADA deve apresentar atestado de capacidade técnica. Considerar-se compatível o atestado que comprove a prestação de SERVIÇOS GERENCIADOS DE SEGURANÇA em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano. Não sendo permitido o uso de funcionários no chamado “Regime de Plantão”, “Sobreaviso” e/ou sistemas similares, onde o funcionário apenas passa a trabalhar no momento do incidente.

~~9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade, Nota(s) explicativa(s): 23~~

~~9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Nota(s) explicativa(s): 24 a 26~~

~~9.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~9.31.1. [...];~~

~~9.31.2. [...],~~

~~9.31.3. [...],~~

~~9.31.4. [...],~~

~~9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.~~

~~Nota(s) explicativa(s): 27~~

~~9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.~~

~~9.34. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

~~9.35. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:~~

~~9.35.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;~~

~~9.35.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;~~

~~9.35.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;~~

~~9.35.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;~~

~~9.35.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e~~

~~9.35.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação, b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia, d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias, e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;~~

~~9.35.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.~~

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 8.165.778,60

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.165.778,60 (oito milhões, cento e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na Pesquisa de Preços nº 926656-002/2026.

10.2. O valor total estimado corresponde à contratação dos serviços de segurança da informação.

10.3. O pagamento pelos serviços será realizado em parcelas mensais.

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação Instituto de Educação de Barueri.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 03.01.01;

II) Fonte de Recursos: 01.230.0000/01.220.000;

III) Programa de Trabalho: 12.122.0090.2090-09/12.361.0091.2091-20/12.362.0092.2092-28/12.363.0093.2093-36;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39-99;

V) Plano Interno: Não há;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROGER CARRARA NAVARRO

Superintendente Adjunto



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 09:50:40.

GILVANE BOLGIONI

Diretor Requisitante



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 09:02:01.

URIAS COCA LOPES

Diretor Financeiro



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 08:37:47.



ANEXO II – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. Forma e critério de seleção de fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

1.2. Execução em nuvem e instalação de hardware em todas as unidades, dentro do prazo estimado de implantação.

Exigências de habilitação

1.3. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

Habilitação jurídica

1.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



1.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.10. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.11. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.12. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.13. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.14. prova de inscrição no cadastro de contribuintes *municipal/distrital*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.15. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.16. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.16.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Qualificação Econômico-financeira:

1.17. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (noventa) dias** da data prevista para a abertura da Sessão Pública - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).



1.18. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

1.18.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

1.18.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

1.18.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.18.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

1.19. Caso a empresa Licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

1.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

1.21. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica:

1.22. Apresentar atestado de capacidade técnica. Considera-se compatível o atestado que comprove a prestação de SERVIÇOS GERENCIADOS DE SEGURANÇA em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano. Não sendo permitido o uso de funcionários no chamado "Regime de Plantão", "Sobreaviso" e/ou sistemas similares, onde o funcionário apenas passa a trabalhar no momento do incidente.

1.22.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1.22.1.1. Local de fornecimento / execução do objeto;

1.22.1.2. Descrição do objeto em compatibilidade com o solicitado nesse TR;

1.22.1.3. Identificação da pessoa jurídica emitente, bem como o nome o cargo do signatário;

1.22.1.4. Papel timbrado do órgão ou entidade emitente do referido Atestado.

1.22.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



1.22.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Documentação Complementar:

1.23. Preencher a Ficha Cadastral com os dados do(a) Responsável Legal pela assinatura do Contrato, conforme modelo sugerido no **Anexo IV**.

1.24. Preencher o Termo de Ciência, conforme modelo sugerido no **Anexo V**.

1.25. Preencher o Termo de Vistoria, conforme modelo sugerido no **Anexo VI**.



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI

Avenida Andrômeda, 500 | Alphaville | Barueri - SP | CEP 06473-000

CNPJ 65.700.239/0001-10 | Tel 11 2078-7810

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI – FIEB.

CNPJ Nº: 65.700.239/0001-10.

CONTRATADA: _____

CNPJ Nº: _____.

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerenciados de segurança da informação (SOC), englobando solução de gestão de eventos (SIEM), prestação de serviço de Firewall (Firewall as a Service - FAAS) de alta performance (NGFW) e solução de gerência centralizada e relatórios (SGC), de forma integral em LOTE ÚNICO, conforme rigorosas especificações, quantidades e obrigações fixadas no Edital e no Termo de Referência nº 20/2026.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ XXXX,XX.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I) Gestão/Unidade: 03.01.01; II) Fonte de Recursos: 01.230.0000/01.220.000; III) Programa de Trabalho: 12.122.0090.2090-09/12.361.0091.2091-20/12.362.0092.2092-28/12.363.0093.2093-36; IV) Elemento de Despesa: 33.90.39-99; V) Plano Interno: Não há.

PROCESSO ADMINISTRATIVO FIEB Nº 04/2026.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000X/2026.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI, pessoa jurídica de direito público, autarquia municipal, nos termos da Lei Complementar nº 583, de 25 de novembro de 2024, inscrita no CNPJ sob o nº. 65.700.239/0001-10 com sede na Avenida Andrômeda, 500 – Alphaville – Barueri – CEP: 06473-000, representada legalmente por seu Superintendente, Dr. Luiz Antonio Ribeiro, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº XX.XXX.XXX-XX e inscrito no CPF/MF sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com domicílio necessário no endereço supra, doravante designada "FIEB" ou "CONTRATANTE" e, do outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXXXXX, neste ato representada legalmente pelo (a) Sr. (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (cargo exercido na empresa), inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX e RG nº XX.XXX.XXX-XX, detentor do seguinte endereço eletrônico: XXXXXXXXXXXX, doravante designada "CONTRATADA", têm entre si justo e contratado o quanto segue:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerenciados de segurança da informação (SOC), englobando solução de gestão de eventos (SIEM), prestação de serviço de Firewall (Firewall as a Service - FAAS) de alta performance (NGFW) e solução de gerência centralizada e relatórios (SGC), de forma integral em LOTE ÚNICO, conforme rigorosas especificações, quantidades e obrigações fixadas no Termo de Referência nº 20/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 60 (sessenta) meses ininterruptos, classificados como serviço continuado, com início a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ [Inserir o valor final homologado após lances], correspondente a parcelas mensais no valor de R\$ [Inserir o valor mensal rateado].

3.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da FIEB, sob a dotação:

- | |
|---|
| I. Gestão/Unidade: 03.01.01; |
| II. Fonte de Recursos: 01.230.0000/01.220.000; |
| III. Programa de Trabalho: 12.122.0090.2090-09/12.361.0091.2091-20/12.362.0092.2092-28/12.363.0093.2093-36; |
| IV. Elemento de Despesa: 33.90.39-99; |
| V. V) Plano Interno: Não há. |

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES FISCAIS

4.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, o qual certificará a plena operacionalidade dos sistemas (SLA de uptime mínimo de 99,9%) e o quantitativo de incidentes mitigados pelo serviço de SOC.



CLÁUSULA QUINTA - DOS DEVERES DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

5.1. A CONTRATADA obriga-se a guardar absoluto sigilo sobre toda e qualquer "Informação Confidencial" (tais como IPs, tráfego, políticas de segurança, arquitetura da rede, dados de alunos e servidores da FIEB) que venha a trafegar em seus servidores ou ter acesso durante a prestação, aderindo, por corolário, à rigorosa conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018).

5.2. O descumprimento de ordem de sigilo importará na imediata rescisão contratual, sem embargo das perdas e danos e das sanções cíveis e criminais.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

6.1. A Contratada obriga-se a apresentar garantia da contratação correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em até 30 (trinta) dias após sua assinatura, com validade extensiva à vigência principal (art. 96, Lei 14.133/21).

6.2. O serviço de Suporte deverá estar disponível em regime 8x5, com plantão escalonado para incidentes críticos em regime 24x7, detendo SLA para troca de hardware/equipamentos afetados até o dia útil seguinte (Next Business Day - NBD).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O cometimento de quaisquer infrações (como o atraso, interrupção das barreiras de cibersegurança ou vazamentos) ensejará, isolada ou cumulativamente, o adimplemento das seguintes sanções, garantido o contraditório prévio (art. 156, Lei nº 14.133/21):

I. Advertência;

II. Multa de mora e compensatória fixada no Edital;

III. Impedimento de licitar e contratar com a FIEB;

IV. Declaração de Inidoneidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A FIEB designará o servidor [Inserir nome/matricula - UGTI] como Gestor Titular do Contrato, ao qual caberá as prerrogativas de exigência, avaliação contínua do monitoramento SOC, validação de requisições de serviço (SIEM) e aceite final das implementações lógicas.



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI

Avenida Andrômeda, 500 | Alphaville | Barueri - SP | CEP 06473-000
CNPJ 65.700.239/0001-10 | Tel 11 2078-7810

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E FORO

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido nas hipóteses delineadas no Título III, Capítulo VIII da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Fica eleito o foro da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que porventura derivarem deste contrato.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento.

Barueri/SP, [Inserir data].

SUPERINTENDENTE DA FIEB

CONTRATANTE

[Inserir Nome do Representante]

[INSERIR RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

CONTRATADA



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI

Avenida Andrômeda, 500 | Alphaville | Barueri - SP | CEP 06473-000

CNPJ 65.700.239/0001-10 | Tel 11 2078-7810

ANEXO IV – FICHA CADASTRAL

CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Licitante declara que as informações abaixo fornecidas, referente ao responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preço oriunda do Pregão Eletrônico nº ____/2026 são verídicas, sob as penas da lei:

NOME	
ESTADO CIVIL	
NACIONALIDADE	
CARGO	
CPF	
RG	
ENDEREÇO COMERCIAL	
E-MAIL – INSTITUCIONAL	
TELEFONES	

DADOS DOS SÓCIOS PROPRIETÁRIOS

	NOME E CPF	SÓCIO-ADMINISTRADOR: (SIM/NÃO)
SÓCIO 1		
SÓCIO 2		
SÓCIO 3		
SÓCIO 4		



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI

Avenida Andrômeda, 500 | Alphaville | Barueri - SP | CEP 06473-000
CNPJ 65.700.239/0001-10 | Tel 11 2078-7810

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara (*identificar o Contratado*) que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI

Avenida Andrômeda, 500 | Alphaville | Barueri - SP | CEP 06473-000
CNPJ 65.700.239/0001-10 | Tel 11 2078-7810

ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO 900xx/2026

Processo Administrativo nº ____/20xx

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (VISTORIA)

Pelo presente instrumento, o Departamento de Tecnologia da Informação da Fieb, ATESTA, para fins de participação do processo licitatório acima identificado, que a Empresa, realizou a visita técnica para conhecimento da infraestrutura institucional, local de realização dos serviços objeto do referido Processo.

Firmam este documento, as partes envolvidas.

Barueri/SP, em ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Servidor

Assinatura do Responsável pela Empresa



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI

Avenida Andrômeda, 500 | Alphaville | Barueri - SP | CEP 06473-000
CNPJ 65.700.239/0001-10 | Tel 11 2078-7810

(DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA CASO A EMPRESA NÃO REALIZE VISITAÇÃO)

PREGÃO ELETRÔNICO 900xx/2026

Processo Administrativo nº ____/2026

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA INTEGRAL DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

A Empresa, através de seu representante legal
..... CPF....., declara para os fins do Pregão
Eletrônico nº ____/2026 ter que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou
da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e
conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaiando em nenhuma hipótese qualquer
responsabilidade sobre a FIEB (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI) ou argumento
futuro quanto à não visitação antecipada

Cidade/Estado, em ____ de ____ de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa